Os Straits Settlements e a Segunda Carta de Justiça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os Estabelecimentos dos Estreitos de 1826

Em 1826, a Companhia Britânica das Índias Orientais reuniu suas três possessões no estreito – Penang, Malaca e Singapura – em uma única unidade administrativa, os Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements).[1] A sede do governo ficou inicialmente em George Town, em Penang, o mais antigo dos estabelecimentos. Em 1832, ela foi transferida para Singapura, que já havia superado Penang em comércio e população.[2] A mudança confirmou a posição de Singapura como centro do poder e do comércio britânicos na região.

Sob a Companhia, os Straits Settlements eram uma divisão da Presidência de Bengala e eram governados a partir de Calcutá. Serviam também como colônia penal para condenados vindos da Índia, que forneciam grande parte da mão de obra para as obras públicas, inclusive estradas e prédios públicos em Singapura.[3] A subordinação a Calcutá, onde os Straits Settlements pouco pesavam, tornou-se motivo de descontentamento entre os comerciantes de Singapura, que fizeram campanha pelo

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

governo direto a partir de Londres. Em 1º de abril de 1867, os Straits Settlements foram transferidos para o Colonial Office e se tornaram uma colônia da Coroa, mudança examinada na Parte B.[4]

A Primeira Carta de Penang e o problema do direito

A questão do direito aplicável nos Straits Settlements surgiu primeiro em Penang. A Primeira Carta de Justiça, outorgada em 1807, criou um tribunal para Penang, então conhecida como Prince of Wales Island.[5] Singapura não dispunha de instrumento comparável quando foi fundada. Nos primeiros anos, a justiça era administrada pelo Resident (o representante da Companhia), assistido a partir de 1823 por magistrados recrutados entre os comerciantes, com base em regulamentos de fundamento jurídico incerto. Os crimes graves eram um problema especial, porque o Resident não tinha competência clara para julgá-los.

A falta de um tribunal propriamente dito era sentida pelos comerciantes, que precisavam de um foro para fazer valer seus contratos e cobrar suas dívidas. Um porto em crescimento, com milhares de habitantes e amplas relações de crédito, não podia depender indefinidamente da justiça informal de um Resident. A solução veio com a extensão do tribunal de Penang a todos os Straits Settlements.

A Segunda Carta de 27 de novembro de 1826

A Segunda Carta de Justiça foi expedida pela Coroa em 27 de novembro de 1826 e criou a Court of Judicature of Prince of Wales Island, Singapore and Malacca.[6] O tribunal era composto pelo Governor ou President e pelo Resident Councillor da estação em que o tribunal se reunisse, como dois dos juízes, e por um juiz profissional, o Recorder.[7] A combinação de funcionários do executivo com um juiz profissional refletia a prática colonial da época e gerava atritos, pois o Recorder frequentemente se via em desacordo com seus colegas leigos.

A Carta pode ser lida como um modelo construído sobre quatro elementos: a criação e a composição do tribunal, sua competência, o direito aplicável e a regulamentação dos profissionais do direito.[8] O tribunal recebeu uma competência inspirada na dos

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tribunais superiores da Inglaterra, abrangendo matérias cíveis, criminais e eclesiásticas. A competência em direito marítimo foi acrescentada em 1837.[9] Em 2026, a Supreme Court of Singapore celebrou os duzentos anos da Carta como o momento fundador do sistema judiciário do país.[10]

O Recorder e os primeiros anos do tribunal

O primeiro Recorder foi Sir John Thomas Claridge, nomeado na própria Carta.[11] Sua gestão foi marcada pelo conflito com o governador Robert Fullerton a respeito da organização das sessões itinerantes do tribunal. A Companhia havia concordado em pagar-lhe um salário de £ 4.000 por ano, mais as despesas de itinerância, mas não deixou isso claro ao governo local, que se recusou a custear suas viagens. Em janeiro de 1828, Claridge recusou-se, por isso, a seguir em itinerância para Singapura e Malaca.[12] O tribunal reuniu-se pela primeira vez em Singapura em 1828.[13]

A disputa sobre despesas pode parecer trivial, mas ilustra um tema recorrente da justiça colonial: um tribunal só é tão eficaz quanto os recursos e a independência que lhe são dados. Claridge foi mais tarde chamado de volta. A relação entre o executivo e o judiciário permaneceu objeto de controvérsia nos Straits Settlements por décadas. O judiciário singapuriano moderno, que goza de elevada reputação internacional, está no fim de uma longa evolução de começos modestos.

Os advogados e a regulamentação da profissão

O quarto elemento do modelo da Carta dizia respeito à advocacia. A Carta autorizava o tribunal a admitir advocates e attorneys para atuar perante ele e a regular sua conduta.[14] Nas primeiras décadas, o número de advogados qualificados nos Straits Settlements era tão pequeno que muitas partes compareciam pessoalmente ou recorriam a agentes com pouca formação. O crescimento da comunidade mercantil gerou demanda por advogados profissionais capazes de redigir contratos, conduzir litígios e assessorar sobre o direito cada vez mais complexo das sociedades, da navegação e dos seguros.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

A advocacia de Singapura desenvolveu-se como uma profissão unificada, em que os mesmos profissionais atuam como advocates nos tribunais e como solicitors no assessoramento de clientes, característica que se conserva até hoje no título "advocate and solicitor of the Supreme Court of Singapore". A profissão unificada convinha a uma pequena jurisdição comercial em que os mesmos escritórios atendiam às necessidades dos comerciantes dentro e fora dos tribunais. Os escritórios de advocacia que nasceram desses começos, e os escritórios estrangeiros que mais tarde se estabeleceram em Singapura, são examinados na Parte J.

As cartas posteriores e a Supreme Court

A Terceira Carta de Justiça, outorgada em 12 de agosto de 1855, reorganizou a Court of Judicature em duas divisões, em resposta ao volume crescente de causas em Singapura.[15] Após a transferência para o Colonial Office, a Supreme Court Ordinance de 1868 extinguiu a Court of Judicature e a substituiu pela Supreme Court of the Straits Settlements, presidida por um Chief Justice. A Courts Ordinance de 1873 conferiu à Supreme Court competência para atuar como Court of Appeal.[16] As Cartas foram assim superadas pela legislação colonial sem terem sido expressamente revogadas.[17]

Após a independência, o Supreme Court of Judicature Act 1969 restabeleceu a Supreme Court of Singapore, composta pela High Court, pela Court of Appeal e pela Court of Criminal Appeal.[18] Os recursos ao Judicial Committee of the Privy Council, em Londres, foram abolidos em 1994. Desde então, a Court of Appeal é a última instância de Singapura.[19] A Singapore International Commercial Court, criada em 2015 como divisão da High Court, é examinada na Parte F.

Notas

1. Wikipedia, "Straits Settlements" (acesso em setembro de 2026): "Originally established in 1826 as part of the territories controlled by the British East India Company". ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

2. Wikipedia, “Straits Settlements” (acesso em setembro de 2026): “Their capital was moved from George Town, the capital of Penang, to Singapore in 1832”. ↩
3. Wikipedia, “Straits Settlements” (acesso em setembro de 2026): a colônia funcionava como “a Division within Bengal Presidency” e os estabelecimentos eram usados como instalações penais. ↩
4. Wikipedia, “Straits Settlements” (acesso em setembro de 2026): “On 1 April 1867, the Straits Settlements were transferred to the British Colonial Office and became a Crown colony”. ↩
5. Kevin Y.L. Tan, “The Second Charter: The Making & Unmaking of a Template for Justice”, *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026: a Primeira Carta de Justiça foi expedida para Penang em 1807. ↩
6. Supreme Court of Singapore, “Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law”, judiciary.gov.sg (acesso em setembro de 2026): a Segunda Carta de Justiça, expedida em 27 de novembro de 1826, “established the Court of Judicature of Penang, Singapore and Malacca”. ↩
7. Kevin Y.L. Tan, “The Second Charter”, *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026, citando a Carta: o tribunal era composto por “the Governor or President and the Resident Counsellor … of the Station where the Court shall be held, as two of the Judges … and … the Recorder”. ↩
8. Kevin Y.L. Tan, “The Second Charter”, *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026, sobre os “four pillars” do modelo da Carta: criação e composição do tribunal, alcance da competência, direito aplicável e regulamentação dos profissionais do direito. ↩
9. Kevin Y.L. Tan, “The Second Charter”, *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026: a competência em direito marítimo foi conferida ao tribunal em 1837. ↩
10. Supreme Court of Singapore, “Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law”, judiciary.gov.sg (acesso em setembro de 2026). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

11. Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter of Justice and the First Recorder (Part 1)", *Singapore Law Gazette*, março de 2023: o primeiro Recorder foi Sir John Thomas Claridge (1792–1868), nomeado na Carta. ↩
12. Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter of Justice and the First Recorder (Part 1)", *Singapore Law Gazette*, março de 2023, sobre a disputa com o governador Fullerton, o salário de £ 4.000 mais as despesas de itinerância e a recusa de Claridge em seguir em itinerância em janeiro de 1828. ↩
13. Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter", *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026: a Court of Judicature reuniu-se pela primeira vez em Singapura em 1828. ↩
14. Sobre o poder da Court of Judicature de admitir e regular advocates e attorneys com base na Segunda Carta, ver Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter", *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026, e a história da advocacia de Singapura em Kevin Y.L. Tan (ed.), *The Singapore Legal System*, 2ª edição, Singapura, Singapore University Press, 1999. ↩
15. Supreme Court of Singapore, "Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law", judiciary.gov.sg (acesso em setembro de 2026): a Terceira Carta de Justiça foi outorgada em 12 de agosto de 1855 e reorganizou a Court of Judicature em duas divisões. ↩
16. Supreme Court of Singapore, "Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law", judiciary.gov.sg (acesso em setembro de 2026), sobre o Judicial Duties Act 1867, a Supreme Court Ordinance 1868 e a Courts Ordinance 1873. ↩
17. Kevin Y.L. Tan, "The Second Charter", *Singapore Law Gazette*, 15 de abril de 2026: a autoridade da Segunda Carta terminou "not through explicit repeal but through gradual supersession by new colonial legislation, particularly the 1868 Supreme Court Ordinance". ↩
18. Supreme Court of Singapore, "Celebrating 200 years of upholding the Rule of Law", judiciary.gov.sg (acesso em setembro de 2026): o Supreme Court of Judicature Act 1969 "re-established the Supreme Court of Singapore,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

comprising the High Court, the Court of Appeal and the Court of Criminal Appeal". ↩

19. Os recursos ao Privy Council foram abolidos pelo Judicial Committee (Repeal) Act 1994, com efeitos a partir de 8 de abril de 1994. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com